

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BELO HORIZONTE: A MANUTENÇÃO DA CONCENTRAÇÃO SOCIOECONÔMICA NAS METRÓPOLES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

TOLEDO, Eli Fernando Tavano.

Doutorando em Geografia junto ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP - Campus de Rio Claro. Professor das Faculdades Integradas da Jahu – SP e de ensino médio no interior do estado de São Paulo, eli_geo@yahoo.com.br

Introdução

São Paulo, RJ e Belo Horizonte são metrópoles da Região Sudeste do Brasil que possuem características socioeconômicas únicas e um poder econômico agrupado que influencia toda a macroeconomia do país. A distância média que separa essas metrópoles é cerca de 500 km formando uma aglomeração socioeconômica existente em poucos países do mundo.

O presente artigo discutirá a importância dessa aglomeração metropolitana, no entorno dessas três capitais, para o país e a manutenção da grande concentração socioeconômica para o benefício e para as velhas e novas demandas do país.

Até a década de 50 essa integração não existia, pois o melhor e mais utilizado contato de São Paulo com o resto do Brasil era o porto de Santos, pouco se utilizava o transporte terrestre, ferrovia e rodovia, a explicação era a precariedade da rodovia e a baixa integração do modal ferroviário. Mas a partir de 1950 com a construção da via Dutra a expansão econômica foi direcionada mais intensivamente para o eixo terrestre RIO-SP. “A indústria, que antes privilegiava a direção Santos, começou então a localizar-se também ao longo da via Dutra, a nova localização *próxima ao Brasil*”. (VILLAÇA, 1998, pág. 138)

Quadro 1 – População das Cidades e Regiões Metropolitanas

	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte
População da cidade (milhões)	10,2	6,2	2,5
População da Região Metropolitana (milhões)	19,3	11,8	5,4

Fonte: Organização do próprio autor – Dados IBGE, 2010

As três cidades reunidas com suas regiões metropolitanas agregadas chegam a conter quase 20% da população do país, além de, apenas as cidades, representar 20% do PIB nacional. Apenas por esses valores apresentados pode-se caracterizar esse “Triângulo Metropolitano” como a área mais importante socioeconômica do país.

De acordo com estudo anual realizado pela agência mundial de propaganda *Mccann*, São Paulo e Rio de Janeiro foram apontadas entre as cidades do futuro mais prósperas. O estudo lançado em janeiro colocou as duas principais cidades do Brasil ao lado de metrópoles como Nova York, Paris e Tóquio, deixando para trás Roma, Moscou, Sidney e Bruxelas. A agência multinacional de publicidade, seus colaboradores e consultores espalhados pelo mundo criaram três níveis de “cidades do futuro”, as quais terão forte influência, atrairão investimentos e produzirão cultura e conhecimento.

O Rio de Janeiro em razão da realização da Copa do Mundo, como sede principal e dos Jogos Olímpicos foi muito citada e posicionada no primeiro grupo das cidades do futuro. São Paulo pelo seu poder econômico “(...) surgiu, ao lado da Cidade do México e de Lagos na Nigéria, como umas das megalópoles de países emergentes que estão ensinando como transformar o caos urbano, em que se desenvolveram, em espaços habitáveis de convivência com soluções originais.” (O Estado de S. Paulo, pág. B14, 30/01/11).

A poderosa concentração socioeconômica

O poder econômico apenas das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte é evidenciado pela participação no PIB nacional de cada cidade. O IBGE indica que a capital paulista participa com 11,8% do PIB brasileiro, enquanto o RJ e BH produzem 5,1% e 1,4%, respectivamente, da riqueza nacional. Vale mencionar que no mesmo estudo do IBGE aponta que 6 cidades detêm 25% da economia do Brasil, são elas São Paulo, RJ, Brasília, BH, Curitiba e Manaus.

Outro fator que aumenta a importância dessas três cidades é o poder de influência que elas detêm para outras cidades e regiões metropolitanas próximas a elas. Essa influência induz aspectos positivos para SP, RJ e BH, pois essas cidades possuem o melhor sistema financeiro e de serviços do país fazendo com que a influência ultrapasse as fronteiras da região Sudeste.

O estudo intitulado “*Desigualdade regional recente: uma nota a partir de dados estaduais*” feito pelo Instituto de pesquisa econômica aplicada (Ipea), em dezembro de 2010 apontou poucas mudanças na concentração econômica no período entre 1995 a 2008, permanecendo, assim, nas primeiras colocações na participação do PIB nacional os mesmos estados do sudeste, que foram os pioneiros da forte industrialização pós anos 30 .

No ano de 2008 o estado de São Paulo contribuía para o PIB do Brasil com 33,1%, o Rio de Janeiro apresentou 11,3% e Minas Gerais participou com 9,3%. As mudanças de 1995 para 2008 apontadas pelo estudo foram mínimas, pois São Paulo apresentou 4,1% de redução na participação nacional, mas continuou na liderança, o estado do Rio de Janeiro ficou estável e Minas Gerais conseguiu aumentar sua participação em 0,7 % no período analisado.

Salvo a perda de participação de São Paulo, nenhum dos estados presenciou uma mudança maior do que um ponto percentual. No mesmo sentido, os quatro estados com maior participação no PIB brasileiro são os 5 mesmos em 1995 e em 2008, bem como os quatro com menor participação. Além disso, quase todas as outras mudanças foram de apenas uma posição no ranking; a única exceção foi o DF que caiu duas posições. (Ipea, 2010, p.4)

Na análise por regiões administrativas organizadas pelo IBGE o documento do Ipea ainda aponta uma forte concentração na região sudeste do país. Em 1995 o sudeste participava com 59,1% do PIB brasileiro, já no ano de 2008 a região reduziu para 56% da riqueza nacional, vale destacar que a região sudeste é composta, também, pelo estado do Espírito Santo que participa com 2,3% do PIB e ficou na 11ª posição.

A constatação dessa desigualdade e importância da região sudeste para o Brasil, onde estão às três principais metrópoles do país, está na verificação e comparação da renda per capita do sudeste com as outras regiões administrativas. A população do sudeste possuía uma renda per capita 33% superior que a média brasileira em 2008, essa diferença era de 39% em 1995,

para reforçar o quadro da desigualdade os cidadãos nordestinos apresentava uma renda per capita 53% abaixo da média nacional. *“Como ilustração da lentidão da aproximação das regiões, basta dizer que, ao ritmo do período examinado, o PIB per capita do Nordeste só chegaria à marca de 75% do valor nacional ao redor do ano de 2074.”* (Ipea, 2010, pág.6)

A base de análise do estudo do Ipea são as unidades federativas, cabe lembrar que em cada unidade federativa a concentração econômica é uma realidade, o presente artigo vai ao encontro dessa situação, pois as regiões metropolitanas de SP, RJ e BH são núcleos dessa concentração socioeconômica das unidades relatadas no documento do Ipea.

A pesquisa em sua conclusão aponta que a concentração em uma região do país é normal, mesmo em países desenvolvidos ocorre esse mesmo fenômeno, na Austrália e na França as duas unidades subnacionais (estado, departamento ou província) mais importantes participam com 55% e 39% do PIB nacional respectivamente. As economias mais pobres são espacialmente bem distribuídas, pois não há um excedente para ser concentrado no espaço. (Ipea, 2010, pág.10).

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro somam 45% do PIB nacional, com Minas Gerais a participação chega a 54% da riqueza do país. Esses valores nada se distanciam da concentração apresentada em muitos países desenvolvidos. As regiões metropolitanas analisadas, localizadas nesses estados, possuem a força das economias de aglomeração, pois conseguem atrair maiores investimentos em detrimento das outras áreas do país.

As metrópoles possuem papel significativo não apenas no território de um país, mas atualmente sua influência é de caráter global. A força que impulsiona essas influências horizontais e verticais se baseia em seu poder nas áreas socioeconômicas, científicas, informacionais e culturais. Atualmente, poucos espaços dentro do Brasil não são influenciados e mesmo determinados pelas metrópoles nacionais.

Santos definindo metrópole e denotando sua formação espacial indica:

As atuais Regiões Metropolitanas têm como pontos em comuns dois elementos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com município núcleo - que lhes dá o nome - representando uma área bem maior que as

demais; b) são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com utilização de normas e recursos em boa parte federais. (SANTOS, 1996, pág. 75-76)

As metrópoles conseguem agregar funções que qualificam o território e o espaço ocupados por elas. Podem exalar múltiplas funções e apresentar, ao mesmo, tempo atividades decadentes e refuncionalizações socioeconômicas. Santos visualiza que a metrópole é o espaço da “celeridade”, aponta que a metrópole é o elo entre a rede urbana de um território com o sistema global.

Nenhuma cidade, além da metrópole, “chega” a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informação de uma metrópole. Informação virtualmente de igual valor em toda a rede urbana não estão igualmente disponíveis em termos de tempos. Sua inserção no sistema mais global de informações de que depende seu próprio significado depende da metrópole, na maior parte das vezes. (SANTOS, 1996, pág. 91)

Por apresentar funções que extravasam seu território as metrópoles podem ser modificadas por força internas, externas, de origem pública de vários níveis de fontes privadas nacionais e internacionais. O poder de planejamento sofre uma enxurrada de interesses que, normalmente, foge do controle dos atores locais. A metrópole sofre constantes adaptações forçadas pelo moderno sem levar em conta as atividades já existentes (SANTOS;SILVEIRA, 2001). “Nessas condições, as metrópoles estão sempre se refazendo: na forma, na função, no dinamismo e no sentido. Essa riqueza do inesperado constitui a possibilidade da construção de novos futuros.” (SANTOS;SILVEIRA, 2001, p. 287).

Essa potencialidade para o dinamismo e transformação é explicada pelas forças que atuam nas metrópoles. “Paralelamente, forças centrípetas e centrífugas atravessam o território, como tendências ao mesmo tempo

contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas.” (SANTOS, 2009, p. 286). As forças centrípetas são responsáveis pelos atores locais, horizontalidades, que atraem funções e objetos para o território da metrópole. Já as forças centrífugas são as influências oferecidas para o entorno e exterior da área metropolitana, portanto verticais.

Para o estudo presente das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, as forças centrípetas ganham notoriedade, pois elas são responsáveis de embasar a importância das três regiões para o Brasil.

As forças centrípetas resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinados às regularidades do processo de produção, quanto às surpresas da intersubjetividade. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. (SANTOS, 2009, p. 286).

A relevância do estudo das metrópoles do sudeste brasileiro é constatada nos estudos de SANTOS & SILVEIRA quando o autor indica uma Região Concentrada no território Brasileiro. Formada pelos estados do sul e sudeste (Macro Regiões Administrativas do IBGE) a área “caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação.” (SANTOS;SILVEIRA, 2001, p. 269).

Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa. Em consequência, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importantes é outro traço. (SANTOS;SILVEIRA, 2001, p. 269).

SELINGARDI-SAMPAIO ao estudar a dinâmica e a localização das regiões industriais do estado de São Paulo percebeu que no estado existe um Multicomplexo Territorial (Metropolitano/Urbano) Paulista, no MCTP a área de maior importância continua sendo a região metropolitana, pois ainda as maiores áreas industriais estão próximas a capital paulista. Usando da mesma

base de análise proposta pela autora as características oferecidas pela região metropolitana de São Paulo, seus *ativos e recursos específicos*, podem ser encontrados, guardadas as proporções, nos centros metropolitanos do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Segundo SELINGARDI-SAMPAIO:

As indústrias (integrantes de redes de indústrias, de complexos territoriais ou não) estão, via de regra, localizadas em aglomerados metropolitanos e urbanos, em municípios e cidades. Há, pois, um consistente e bem organizado arcabouço metropolitano/urbano que acolhe e sustenta as implantações industriais e que, entre muitas outras funções, atividades e qualificações, operam como uma rede estendida de pontos nodais de sistemas de transportes e de comunicações. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, pág. 21)

Utilizando as palavras da autora e fazendo livre interpretação para as três principais metrópoles do país, podem-se verificar essas características que colaboram para aumentar a importância dessas cidades no quesito da concentração industrial.

Muito além de apenas acolher as indústrias e dar-lhes suporte, entretanto, o aludido arcabouço com elas se inter-relaciona e interage, de forma extremamente dinâmica e, assim, elabora-se um amplo e espesso sistema de ações mútuas, cuja imagem mais aproximada talvez seja, metaforicamente, a de uma simbiose. De acordo com tal lógica, a grande aglomeração industrial em foco só pode ser conjecturada (até por questão de inerência) se considerada como um dos elementos constituintes do conjunto indissociável que forma com metrópoles, espaços metropolizados e cidades em geral. (SELINGARDI-SAMPAIO 2009, pág. 21)

Entretanto toda essa concentração também alterou a forma de organização e planejamento, quando houve, das três metrópoles. A concentração econômica e demográfica no processo de construção histórica dessas cidades somada as muitas crises econômicas trouxeram problemas de grande proporção, pois atualmente, os déficits dos serviços básicos para a população são vistos nas três cidades.

Aspectos positivos e negativos se exacerbam e se potencializam nas três regiões metropolitanas. Pela grandeza e importância das cidades qualquer fenômeno, transformação e problema geram um impacto de escala nacional. Desse modo, o bom funcionamento desses poderosos centros urbanos é uma questão de caráter e política nacionais. Não chega a ser um absurdo supor que o desenvolvimento completo do Brasil passa pela transformação e evolução de SP, RJ e BH.

A intensificação da urbanização brasileira obedeceu a um padrão de mudança na Divisão Internacional do Trabalho. Desde o Brasil – Colônia até a República Velha com a cafeicultura a principal atividade econômica brasileira era de base agrário-exportadora, desse modo o campo possuía grande relevância perante a espacialização demográfica no país.

A partir da década de 50 o impulso para uma urbanização efetiva foi dado pela mudança da base produtiva brasileira que se constatou, também, em outras nações em desenvolvimento do mundo. A Nova Divisão Internacional do Trabalho apresentou uma transferência da produção industrial dos países centrais para os países periféricos que agregavam as mínimas condições para receber essas plantas produtivas do setor secundário.

Com esse impulso as cidades brasileiras, especialmente as do Sudeste, fizeram parte dessa nova divisão produtiva do mundo e apresentaram um crescimento exorbitante fazendo com que em meados dos anos 60 o Brasil passasse a ter a maioria simples da população no ambiente urbano, esse fato foi constatado oficialmente no censo de 1970.

São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram as cidades mais beneficiadas pelos investimentos estrangeiros e nacionais no período de forte urbanização do país. Esse fato fez com que o Brasil acentuasse uma tripla concentração demográfica verificada já nos anos 90.

Além de ter sua população majoritariamente residindo em cidades, cerca de 80%, a maioria dessa população urbana reside em centros metropolitanos. A outra concentração evidente é a geográfica, pois a faixa litorânea e regiões próximas, desde o Nordeste até a região Sul, apresentam uma enorme concentração urbana.

Acentuando essa tripla concentração o Triângulo Metropolitano formado por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte possuem a maior concentração populacional do país. Com o tempo as metrópoles estudadas agregaram as seguintes características e atividades socioeconômicas:

- **São Paulo.** Maior metrópole do país e 4ª maior aglomerado urbano do mundo, a cidade de São Paulo é a mais importante cidade do país e da América Latina. Sua economia impressiona, pois é a 10ª cidade mais rica do mundo e pelo conceito de cidade global é a 14ª mais integrada ao sistema mundial.

Ao analisar a importância da capital paulista para o Brasil, São Paulo é responsável por 13% do PIB nacional. A produção dos Bens e Serviços da Capital perfaz 36% de todo Estado de São Paulo. A internacionalização da cidade é verificada pela presença de empresas estrangeiras, 63% das multinacionais que atuam no Brasil estão sediadas em solo paulistano.

Em São Paulo se localiza a BMF/Bovespa maior bolsa de valor do Hemisfério Sul, na bolsa de valores paulistana, diariamente, são movimentados cerca de R\$ 6 bilhões. O sistema bancário-financeiro é o mais poderoso da América Latina estima-se que 75% da movimentação financeira nacional têm influência direta de São Paulo.

As universidades presentes em São Paulo são responsáveis por 28% da produção científica do país.

“São Paulo, a metrópole, lidera a mais densa e rica rede urbana regional do país, isto é, a rede urbana de São Paulo, o estado. Ademais, a metrópole paulista abriga a maior concentração de trabalhadores qualificados do país, de

população de elevado poder aquisitivo, instituições financeiras e consultorias profissionais, agências de publicidade, sedes de empresas e todo tipo de outras condições requeridas pelo ambiente econômico transnacionalizado em curso.”

(FERNANDES & NEGREIROS, 2004, p.43)

- **Rio de Janeiro.** A Cidade Maravilhosa é o centro urbano mais conhecido do Brasil no mundo. É a cidade mais visitada no país e a que atrai mais turistas no Hemisfério Sul. A importância do Rio de Janeiro remonta desde a época colonial, pois a cidade foi durante muito tempo a capital da Colônia, do Império e República deixando de ser o centro político em 1960. Mesmo assim as sedes das grandes empresas nacionais continuaram na capital fluminense, as duas maiores empresas do Brasil Vale e Petrobras estão sediadas no RJ.

A economia carioca produz 5,5% do PIB nacional sendo os setores mais importantes o petroquímico, mecânico, farmacêutico, siderúrgico e de serviços (entretenimento e turismo).

Os centros de pesquisa da cidade produzem 17% da produção científica do país.

- **Belo Horizonte.** A maior cidade mineira, 6º maior município do país e 3ª maior área metropolitana do Brasil, BH foi planejada para receber a capital de Minas Gerais em 1897. A capital mineira produz 1,5% do PIB do Brasil e é a porta para o turismo nas cidades históricas e para o complexo extrativista-siderúrgico do quadrilátero ferrífero e vale do aço. Com o 4º PIB do país BH e sua região metropolitana possui como base os setores de serviços, petroquímico, automotivo (FIAT – Betim) e de turismo.

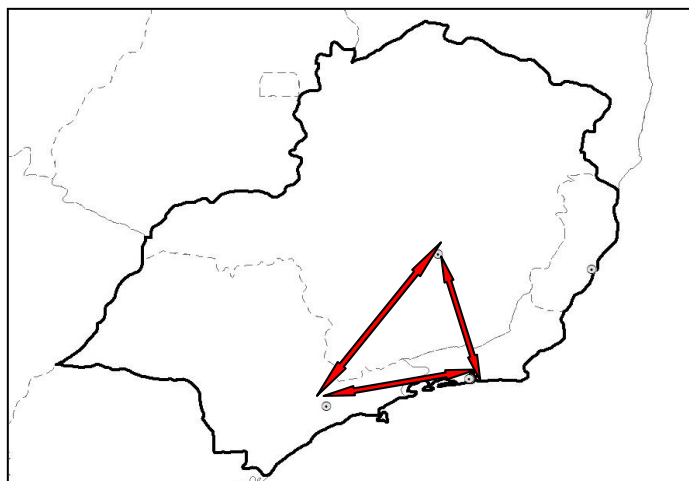
Triângulo Metropolitano. A três metrópoles são interligadas pela melhor rede de infraestrutura de transportes do país. O sistema rodoviário entre as cidades possui o mais intenso tráfego do país. As rodovias Presidente Dutra (SP-RJ), Fernão Dias (SP-BH) e a BR 040 (BH-RJ) interligam as três metrópoles. Os principais aeroportos do país também estão nas três metrópoles, tendo a maior ponte área da América do Sul, o trecho Rio-São Paulo.

Figura 1 – Regiões Administrativas do Brasil



Fonte: <http://www.mapasparacolorir.via12.com>

Figura 2 – Região Sudeste do Brasil (SP, BH, RJ)



Fonte: <http://www.mapasparacolorir.via12.com>

O trânsito nas grandes metrópoles possui grande influência não apenas na mobilidade urbana, mas induz uma enorme cadeia econômica, desde a produção automotiva até os serviços prestados pelo e para o setor de transporte. Os municípios núcleo estudados no presente artigo possuíam 52% da frota de veículos pertencentes às capitais do país. Em 2009 eram 8.984.102 veículos trafegando pelos sistemas viários de SP, RJ e BH de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito.

Além dos atributos físicos o Triângulo Metropolitano (figuras 1 e 2) apresenta o maior e mais sofisticado mercado consumidor do Brasil e é o principal centro cultural da nação. Ainda essas três cidades agregam os melhores institutos de pesquisa e centros educacionais brasileiros.

Toda essa área não está isolada no território da região sudeste e do país, outras metrópoles e centros metropolitanos estão ligados e aumentam a importância do Triângulo Metropolitano. A cidade de São Paulo está diretamente ligada a Região Metropolitana de Campinas (macrometrópole paulista), a Baixada Santista, Sorocaba e ao Vale do Paraíba, sendo este também influenciado pelo Rio de Janeiro.

As aglomerações ocorridas nessas cidades sejam industrial, comercial, de serviços, cultural e educacional é motivadora de cadeias produtivas de grande escala, pois o volume de inovações e transformações positivas induz beneficentemente qualquer atividade socioeconômica.

Os benefícios desta aglomeração para todo o país são sensíveis e vitais. A discussão existente sobre o crescimento econômico desigual e de alta concentração no sudeste brasileiro, não pode ofuscar os aspectos positivos que o Triângulo Metropolitano oferece e pode oferecer com maior intensidade para todo o Brasil.

A importância de uma ação conjunta entre os poderes Federal Estadual e Municipal se faz mais que necessária. SP, RJ e BH em conjunto com suas regiões metropolitanas possuem uma influência e abrangência de escala nacional, assim o interesse pela reorganização desses núcleos deve estar presente na pauta política de todas as esferas do poder executivo.

Com a redemocratização do país na década de 80 e a vigência de uma nova constituição a partir de 1988, a descentralização do comando foi buscada pela ação da vontade popular e por uma legislação com participação mais ampla de muitos atores políticos. Assim ao município, a nova carta, delegou funções que anteriormente eram mais concentradas na União. Até a repartição dos impostos entre 1980 para 1990 aumentou para o poder municipal.

Em estudo feito por Braga, 2004, apontou todo que a partir dos anos 90 a situação começou a se inverter e novas funções foram delegadas para os municípios, sem o acréscimo de repartição dos impostos para as novas funções dos municípios.

Os anos 90 apresentaram as reformas neoliberais que reestruturaram o poder político e reduziram as funções sociais da União. Nessa década o governo federal para sanar o déficit orçamentário começou a criar contribuições que não seriam repartidas com os estados e municípios e, além disso, promoveu o aumento da carga tributária de 24% do PIB em 1991 para 36,5% do PIB em 2003. Deste modo ocorreu uma reconcentração tributária desde 1992.

Ao mesmo tempo uma desconcentração das funções sociais entre os poderes. Foi repassado aos municípios responsabilidades que anteriormente eram exercidas pelas esferas federal e estadual. Os municípios passaram a gastar suas, já apertadas, receitas em segurança, educação e saúde, por outro lado, o orçamento para planejamento urbano, moradia, transporte e saneamento foi sendo drasticamente reduzido no período. Braga ressalta:

Esse processo levou a uma ruptura do modelo de federalismo fiscal firmado na Constituição de 1988. Por um lado, se verifica um movimento ascendente de concentração de poder e recursos na União e um enfraquecimento fiscal dos Estados e Municípios. Por outro, ocorre um movimento descendente de desconcentração das atribuições e deveres da União e estados, com os municípios assumindo novas funções e gastos, principalmente nas áreas de educação, assistência, saúde e segurança pública. (BRAGA, 2004, Pág.4)

Braga aponta que no período de 1992 e 2002 os governos, federal e estadual, reduziram seus gastos com urbanismo, habitação, saúde e educação. Pela descentralização das funções sociais os municípios ficaram sobrecarregados destinando mais recursos para educação e saúde e preteriram as áreas de infraestrutura urbana e planejamento.

Mesmo as cidades de SP, BH e RJ sendo poderosas politicamente, sedes de governo estadual e possuindo alta arrecadação de impostos, os recursos deveriam ser ajustados e acrescidos devido à importância nacional que elas exercem, esse quadro invoca a urgência de uma ação conjunta de todos os níveis do executivo.

Conclusão

Investimentos para a recuperação, reconstrução e organização das três metrópoles são imprescindíveis para o desenvolvimento do Brasil. As possíveis saídas para um crescimento mais robusto, sustentável e criativo passam pelas potencialidades largamente apresentadas por SP, RJ e BH.

Políticas de planejamento efetivadas entre os poderes executivos de ordem Federal, Estadual e Municipal se fazem urgentes para a expansão dos investimentos e melhora nos grandes problemas enfrentados pelas cidades e regiões metropolitanas. Pois do mesmo modo que influências positivas brotam do Triângulo Metropolitano para todo o país, também os problemas urbanos ocasionam estragos nacionais. A violência, os desastres naturais urbanos, o

tráfego sobrecarregado e o déficit de recursos básicos para população são entraves que atrapalham todo o país.

A região sudeste mesmo mantendo a liderança econômica no país nas décadas de 80, 90 e início dos anos 2000 passou por crises econômicas e baixo crescimento da atividade produtiva. Outras regiões do país receberam empresas que fugiam dos problemas apresentados, especialmente por SP, RJ e BH.

A força aglomerativa das três cidades forjou e forja valores que são ímpares para a atividade econômica moderna. Dentre os principais fatores oferecidos pelo Triângulo Metropolitano para a nova economia estão; o sistema de telecomunicação, centro de pesquisas, mão-de-obra qualificada, sistema financeiro, infraestrutura de transportes-energia e o mercado consumidor.

O crescimento econômico vislumbrado para o Brasil na próxima década necessita de mercados mais maduros e de amparo produtivo (mão-de-obra, tecnologia e gerência) mais sofisticado, esses qualificados atributos as outras regiões não podem oferecer com a mesma intensidade da região sudeste. Assim a região poderá se beneficiar mais que outras regiões de um crescimento econômico mais vultoso e sustentável.

Outros fatores vão impulsionar a região nesta década, são;

1. A realização da Copa do Mundo – 2014 e dos Jogos Olímpicos – 2016. As três cidades analisadas serão sedes importantes para o torneio de futebol e o Rio de Janeiro será a sede dos jogos olímpicos de 2016.
2. Investimento na indústria petroquímica e na exploração do Pré – Sal.
3. Construção de grandes obras de infraestrutura: Rodoanel, Trem Bala, petroquímica, portos, usinas e dutos.
4. Grande demanda na construção civil, especialmente, pelo alto déficit habitacional

A região Sudeste continua a possuir a maior renda per capita do Brasil, de acordo com o IBGE em sua pesquisa “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” referente ao ano 2010 os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, juntos, possuem uma renda per capita de R\$

19.277,00. Sendo que SP, RJ e ES estão entre os cinco primeiros colocados. (IBGE, 2010)

A retomada do crescimento pela região Sudeste é evidente e, também, percebida por pesquisas realizadas por institutos públicos e entidades privadas. Em artigo do jornal O Estado de S. Paulo publicado em 19 de junho de 2010 faz referências a um estudo realizado por Sérgio Vale da MB Associados em que demonstra uma mudança e intensificação dos investimentos públicos e privados no quadro regional do país.

Nesse estudo Vale, através de dados do BNDES, constatou que a região Sudeste recuperou a liderança de investimentos repassados pelo banco de fomento estatal. O montante de recursos do BNDES para todo o Brasil no primeiro semestre de 2010 foi de R\$ 35 bilhões, desta quantia a região Sudeste absorveu R\$ 19 bilhões, 54% do valor total. A porcentagem para a região no ano passado foi de 48% dos investimentos do banco.

“O crescimento não vai mais depender de forma tão intensa de crédito e de transferência de renda como vimos no passado recente”, diz o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, autor do estudo. “Será um crescimento mais dinâmico e menos dependente do governo, desencadeado pela própria expansão da economia.” (O Estado de S. Paulo, 2010)

A pesquisa denota que São Paulo já está tendo um novo ciclo de crescimento, pois o estado pouco cresceu entre os anos de 2003 e 2008 com uma taxa média ao ano de 2,9%, o mais baixo da federação. Entretanto a partir de 2009 o estado com a maior atividade industrial do país retomou os investimentos e o pesquisador acredita que São Paulo poderá crescer 8,5% ao ano até 2015.

O consumo também foi analisado pelo estudo da MB Associados, a região Sudeste, no primeiro semestre, representou 53% do total de consumo do país, em 2009 os gastos representaram 51%. Essa retomada está atrelada ao aumento da renda para os trabalhadores da região. Na análise de Sérgio Vale a região Sudeste será beneficiada pela realização da Copa -2014 e pelas

Olimpíadas de 2016, além dos investimentos em infraestrutura, pré-sal, e aportes feitos pelas empresas de serviços e do setor secundário.

Bibliografia

BRAGA, R. **Política urbana, política fiscal e pacto federativo: limites e perspectivas do Estatuto da Cidade no contexto da Reforma do Estado,**

<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/rbraga12.pdf>, 2004

FERNANDES, A; NEGREIROS, R. **Desenvolvimento econômico, divisão de trabalho e mudanças: Do desenvolvimento ao Plano Real in: Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Ed. Mauad editora, 2004.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 3ª edição, 1996.

_____ **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XX.** São Paulo: Editora Record, 2001.

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. **Indústria e Território em São Paulo: estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista.** Campinas: Editora Alínea, 2009.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano No Brasil.** São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998.

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.ipea.gov.br/portal/> Artigo: **Desigualdade regional recente: uma nota a partir de dados estaduais,** dezembro de 2010.

Jornal: O Estado de S. Paulo, <http://www.estadao.com.br/> pág. B14, 30/01/11